

CIÊNCIA E CONHECIMENTO: POLÍTICAS E DISCURSOS

Moisés de Lemos Martins, Maria Manuel Baptista, Emilia Araújo & Larissa Latif

O conhecimento científico constitui uma das principais chaves do desenvolvimento humano, social, cultural, político e económico. Nesse contexto, as políticas para a ciência são fundamentais para a afirmação das sociedades no presente e no futuro. Comportam, por isso, um valor público porque se refletem na qualidade das tomadas de decisão política e nas condições de vida dos cidadãos (Neal, Smith & McCormick, 2008).

Os tempos mais recentes têm sido marcados por múltiplos processos de mudança ligados ao desenvolvimento da sociedade do conhecimento. Alguns exemplos são as diversas reconfigurações dos setores produtivos, incremento exponencial do uso de tecnologias de informação e de comunicação, emergência de novas atividades profissionais, mudanças nos modos de organização do trabalho e do tempo de trabalho e novas problemáticas e riscos sociais e ambientais.

O certo é que no intervalo de algumas décadas, o conhecimento tem-se apresentado como um dos principais desafios políticos, face à complexidade emergente em todas as esferas da vida. Estas impelem à constante procura de recursos e à gestão dos equilíbrios entre mundo natural e social. Por outras palavras, o conhecimento passou a ser considerado como o resultado cruzado de vários processos que estão além dos centros de pesquisa científica e dos investigadores e cientistas propriamente ditos. O paradigma da relação de coprodução entre ciência e sociedade (Jasanoff, 1996) sustenta esse argumento, ao evidenciar que na sociedade do conhecimento o compromisso com a ciência e a investigação é (ou deve ser) coletivo.

Nessa linha, a política para a ciência não define uma realidade imutável ou sequer inteiramente tangível. Incorpora pressupostos e escolhas de ordem valorativa e ideológica (Neal et al., 2008). Envolve, também, diversas escalas de atuação, desde a supranacional à nacional e regional, passando pela institucional e organizacional.

Alguns autores atribuem à política para a ciência um papel estrutural e de regulação (Neal et al., 2008). Afirmam que a ciência deve ser definida como o conjunto de decisões e ações levadas a cabo pelos atores políticos e pelas instituições, no sentido de planear, normalizar, administrar e avaliar a ciência e a investigação num determinado contexto geográfico e político. De um modo sucinto, podemos identificar um conjunto de setores de intervenção na política científica de grande impacto no quotidiano das instituições e da vida dos investigadores (Araújo, 2009, 2013b, 2014; Martins, 2012b): os recursos humanos em ciência; os seus níveis de qualificação, expectativas e integração profissional; os financiamentos da investigação científica provenientes de organismos públicos e privados; a administração do financiamento e a sua relação com metodologias de avaliação; os princípios e métodos da avaliação em ciência (dirigida aos investigadores

e às instituições); a definição de áreas prioritárias; e, ainda, a incorporação de resultados científicos nos processos de decisão política.

Estes setores de intervenção não dizem apenas respeito a modos mais eficazes e eficientes de atingir resultados. Implicam pensar em métodos mais justos e equilibrados, designadamente do ponto de vista da diversidade, tanto de género, como étnica, ou mesmo de área científica e região.

Nessa linha, a política para a ciência constitui um amplo campo de atuação, cujo objetivo é o de assegurar as condições temporais, espaciais e institucionais da investigação científica e do trabalho em ciência (Araújo, 2013b). É certo que existem diretivas e planos estabelecidos a um nível macroestrutural. É o caso das políticas nacionais para a ciência e da sua articulação com o quadro de ação estabelecido, seja a nível europeu, seja a nível mundial. Mas, como dissemos, a definição das políticas científicas assenta, tanto no plano regional e nacional, como no plano institucional, em múltiplas variáveis. Estas são de ordem cultural, valorativa e simbólica e modelam intensamente a ação dos atores e das instituições.

Estando profundamente ligadas à cultura, as questões relacionadas com a(s) política(s) para a ciência e o conhecimento são complexas e, muitas vezes, ambíguas. Convocam diversas áreas de intervenção, assim como vários princípios de orientação, para além dos da ciência e da investigação científica propriamente ditos. Por exemplo, a política para a ciência tem efeitos sobre a educação e a cultura. E ao mesmo tempo, alimenta-se delas por serem veículos de promoção da investigação e da inovação.

Hoje é grande a complexidade dos problemas que as sociedades modernas enfrentam. Sabe-se que o mundo social e o mundo natural resultam numa realidade única. É, por isso, fundamental a existência de um entendimento aberto à compreensão dos riscos, da insegurança e da vulnerabilidade socioambiental. Assim, as relações entre ciência e sociedade têm sido chamadas cada vez mais para a boca de cena. São manifestações desta viragem política as múltiplas estratégias tendentes, por um lado, a desenvolver a cultura científica das populações e, por outro, a obter o envolvimento dos cidadãos nas tomadas de decisão que implicam o conhecimento científico.

Com efeito, nestes contextos de ação dominados pela ambiguidade, emergem novas indagações para a política de ciência, inovação e conhecimento, muito especialmente nas sociedades democráticas. Nestas, a ciência afirma-se como eixo de emancipação e liberdade. Mas, ao mesmo tempo, recolhe algumas das principais críticas devido aos efeitos perversos que produz (Martins, 2012a, 2012b, 2013, 2015). Um dos questionamentos mais significativos acerca da política científica e do seu quadro ou quadros normativos prende-se com a necessidade de potenciar relações claras e frutíferas entre ciência e política. Sabe-se, todavia, que se trata de uma relação fértil em desafios e propícia a trocas menos favoráveis ao ideário da ciência como propulsora do bem comum (Martins, 2015).

São conhecidos estudos sobre aspetos tão relevantes como o processo de planificação e de definição de medidas de intervenção governativa destinado a alocar financiamentos às diversas áreas de investimento (Bozeman & Sarewitz, 2005). Nessa perspetiva, tem aumentado o número de argumentos a favor de uma política para a ciência,

em todas as áreas. Uma política que seja participada, “cientificamente aconselhada”. Quer dizer, tem-se discutido a pertinência das instâncias políticas auscultarem os cientistas das diversas áreas, sobre as opções estratégicas que afetam pontos nevrálgicos da investigação científica. Algumas destas são a iniciação à ciência, a literacia científica, o investimento em recursos financeiros e humanos, a simetria de tratamento nas distintas disciplinas e os modelos de financiamento e avaliação¹.

Tem sido também demonstrado o interesse em incluir na definição das políticas, por um lado, outros atores, como empresas, associações e organizações (stakeholders) e, por outro, conselheiros para a ciência. Estes últimos são designados como especialistas e conhecedores profundos em diversas áreas de especialidade e com conhecimento detalhado dos modelos e das dinâmicas das políticas científicas (Macleod, Blackstock & Haygarth, 2008, s/p). Mais recentemente, tem-se analisado o papel dos “empreendedores” em ciência. Estes, identificados pelo seu elevado conhecimento em diversas áreas e dotados de visão estratégica, podem trazer à discussão problemas potencialmente relevantes para as sociedades. Macleod e outros (2008) propõem, a este respeito, o seguinte:

Para se implementar uma política robusta, é necessário desencadear um processo que abra o discurso da política à ciência, num leque de especialidades, de posições e de modos de pensar (Pager & Nagel, 2008). Isso ajudaria a assegurar que os cientistas e os decisores políticos fossem plenamente informados sobre as opções a tomar, incluindo os diferentes entendimentos que as instruem. (Macleod, 2008, s/p)

Persistem entendimentos teóricos que dão especial ênfase às dimensões conflituais e às relações de poder que atravessam os universos da ciência e da investigação científica (Becher & Twler, 2001; Bourdieu, 2011). Mas também é um facto que cada vez mais autores, tendo todavia presentes estas análises sobre a relação entre a ciência e o poder, argumentam sobre a necessidade de se operacionalizar esse paradigma da “ciência integrada”. Trata-se de um ponto de vista que, segundo os próprios,

visa colocar e responder a questões emergentes que a sociedade enfrenta no que concerne às relações de interdependência entre sistemas sociais e naturais, convocando múltiplas fontes de saber e reconhecendo o novo contrato social da ciência (Lubchenco 1998). (Macleod et al., 2008, s/p)

O projeto enfrenta, todavia, alguns desafios, tal como entendem estes autores,

Os fatores influentes na interação entre ciência e política pública incluem diferenças culturais expressas por via de diferentes discursos, calendários, padrões e medidas de excelência e formas de accountability (de Jong, 1999;

¹ Sobre todos estes aspetos, consultar a obra organizada por Rodrigues e Heitor (2015). E, em Portugal, tem sido igualmente relevante a atividade do blogue *De Rerum Natura*. Trata-se de um blogue de académicos, que acompanha e escrutina a implementação das políticas científicas, em todas as áreas de conhecimento. Em termos setoriais, cingindo-se às Ciências da Comunicação, assinalamos Martins e Oliveira (2012; 2013).

Reeves et al., 2007). Por isso, a integração entre a ciência e a política requer compreensão mútua, comunicação e alinhamento de objetivos. (Macleod et al., 2008, s/p)

A possibilidade de constituir e operacionalizar uma ciência integrada e uma política para a ciência, também integrada e plural, é absolutamente crucial tanto no plano nacional, como regional e institucional. A realidade social é dinâmica. Dela emergem continuamente novos problemas que desafiam os modos de governação da ciência e do conhecimento. Mas, de forma global, os autores tendem a considerar as vantagens de uma relativa estabilidade estrutural de princípios orientadores, face às necessárias variações conjunturais movidas pelos próprios ciclos eleitorais.

Destacamos três desses princípios básicos que se revelam pertinentes para o contexto português. O primeiro relaciona-se com a valorização das diversas áreas do saber e a existência de políticas equilibradas que contam com a especificidade e o contributo de cada área para o desejado bem comum. Por razões que se prendem com a progressiva subserviência da política e da ciência à economia (Bozeman & Sarewitz, 2005, 2011; Martins, 2013, 2015) e a fortíssima expansão da economia do conhecimento, proliferam, a diversos níveis, formas divergentes e paradoxais de valorização das diferentes áreas científicas, incluindo as Ciências Sociais e Humanas. A concretização de uma visão integrada da ciência implica entender e assumir dois aspetos principais na estratégia de gestão do conhecimento e, portanto, de política científica. Por um lado, trata-se de esclarecer a relação entre a “ciência aplicada” e a “ciência básica”, no quadro do caminho traçado para o desenvolvimento da sociedade (Araújo, 2013b). E, por outro, é necessário também interrogar o tipo de vínculo que cada área científica pode estabelecer com o mercado da ciência e do conhecimento. Este exercício obriga, ainda, a dissociar as questões do “impacto” das questões do “valor” das áreas, tendo em vista a promoção do bem comum. Esta perspetiva é defendida por vários autores, entre os quais Bozeman e Sarewitz (2005, p. 119), que afirmam,

Pensamos que o uso invasivo da avaliação de mercado, as assunções sobre a falha de mercado, e ainda as metáforas económicas, modelam em termos indesejáveis, a forma da ciência. Em particular, a confiança no raciocínio económico tende a afastar o discurso sobre política científica das questões políticas relativas ao “porquê” e “com que objetivo”, e a conduzi-lo para as questões económicas atinentes ao “quanto custa”. (Bozeman & Sarewitz, 2005, p. 119)

A observação deste princípio orientador está refletida, embora de forma perturbadoramente tímida, nas diretivas do quadro comunitário de apoio à investigação (Europa 2020), assim como nas diretivas nacionais acerca dos processos de avaliação em ciência. Neste aspeto, refiramos o livro de Featherman e Vinovskis (2001) sobre os contributos das Ciências Sociais para a política pública. Ainda que circunscrito aos EUA, é uma boa fonte de informação para uma reflexão mais aprofundada do valor socioeconómico das diversas áreas científicas, com especial destaque para as Ciências Sociais.

O segundo princípio a destacar relaciona-se com as questões do desenvolvimento do território e do planeamento. A perspetiva da economia do conhecimento tem estado centrada na análise das determinantes de sucesso de certas regiões. Procura as razões por que os territórios são mais ou menos atrativos, concentram mais ou menos equipamentos e recursos, e chamam a si mais ou menos investimentos. A paisagem da ciência, e especificamente a paisagem da tecnologia e da inovação, não é unicamente determinada pelos atores locais e regionais. Com efeito, as políticas públicas não podem deixar de desempenhar nela um papel fundamental, principalmente no que se refere à gestão dos capitais científicos, técnicos e humanos investidos na economia do conhecimento.

Fazer a assunção de uma tal política impõe que se atenda, também, à influência de outras variáveis políticas que, através da ciência, condicionam o desenvolvimento social e económico. Nestas circunstâncias, tem sentido que questionemos, por exemplo, as práticas da política pública, que dizem respeito à atribuição de recursos materiais e à gestão de recursos e capitais simbólicos. O questionamento desta prática conduzir-nos-á a colocar a questão crucial da relação entre a ciência e a diversidade do território, relação essa que é ancestralmente marcada pelo centralismo e por manifestos desequilíbrios territoriais e institucionais, tanto em Portugal, como na Europa.

Ao fazer da existência de uma ciência integrada a pedra de toque das políticas científicas, importa precisar a relevância da distribuição temporal, quer dizer, a necessidade dos atores políticos estarem preparados para gerir, tanto as diversas escalas de tempo, como a simultaneidade, de modo a garantir a coesão e a diversidade (Macleod et al., 2008).

Como temos vindo a assinalar, as políticas para a ciência constituem um campo de ação amplo e complexo. Neste número da *Revista Lusófona de Estudos Culturais* (RLEC) reunimos estudos que nos elucidam sobre algumas das realidades mais significativas do campo científico, incluindo análises que tangem, tanto as Ciências Sociais e Humanas, como as Ciências Naturais, e ainda, as áreas tecnológicas. O número está organizado em quatro secções.

A primeira secção designa-se “Avaliação da ciência e o ensino superior: questões do espaço lusófono”. A secção compreende três artigos que versam sobre a avaliação da investigação científica e do ensino superior, sobretudo ao nível da pós-graduação. Por um lado, os autores analisam a complexidade dos contextos de investigação em países, cujas políticas científicas e tecnológicas são marcadas pela controvérsia. Por outro lado, abordam algumas especificidades e mutações no ensino superior que mostram a pertinência da reflexividade nos contextos concretos de ação.

No seu conjunto, as reflexões expostas nestes textos chamam a atenção para a necessidade dos cientistas das diversas áreas disciplinares, por caminhos distintos, enetarem processos reflexivos sobre as suas práticas enquanto cientistas e agentes de transformação social e cultural, nos diversos universos científicos, pedagógicos e organizacionais. A especificidade das Ciências Sociais e Humanas constitui um dos elos de ligação entre os três textos.

O primeiro texto é de Juremir Machado da Silva. O artigo versa sobre as ambiguidades

e contradições que o autor considera existirem no Brasil, no que respeita à avaliação dos programas de pós-graduação. O autor analisa os mecanismos implícitos que constituem os processos e as metodologias de avaliação. Embora invisíveis, tais mecanismos equivocam, tanto os investigadores como as investigações, dado o facto de não estarem ajustados à realidade brasileira e lusófona. Elencando os critérios que transportam para a avaliação no Brasil elementos usados noutros contextos, mormente nos anglófonos, o autor desconstrói o modo de fazer a ciência em português. A seu ver, é inadmissível o carácter excessivo e desadequado de alguns critérios de avaliação, como por exemplo, a exigência de publicação em revistas de língua inglesa. Um elemento de singular relevo prende-se com a valorização da internacionalização e com o uso inadequado do conceito. Machado da Silva reconhece que a internacionalização é um elemento valorizador da investigação e da produção científica. Mas, a seu ver, não é aceitável que em contextos lusófonos a política de internacionalização seja operacionalizada com o recurso a indicadores dominantes no mundo anglófono, uma vez que tais indicadores depreciam a produção científica realizada no espaço da Lusofonia. O autor propõe-nos um debate, ainda por fazer, sobre nacionalidade da própria ciência e sobre a necessidade em política científica de convocarmos as questões relativas à discriminação, hierarquização e segregação das zonas culturais transnacionais.

Paulo Serra é o autor do segundo artigo, baseando a análise numa investigação empírica realizada sobre uma amostra de revistas de Ciências da Comunicação de Portugal, do Brasil e de Espanha. Seguindo uma linha argumentativa próxima de Juremir Machado, Paulo Serra faz a demonstração da fragilidade de ligações e de redes de citações que caracteriza o estado da área analisada nos três países. O autor instiga o leitor a refletir sobre o modo como a comunidade científica destes três países reage, no seu todo, à tendência para a valorização das citações de autores que escrevem em revistas estrangeiras nas quais se escreve em inglês, com apoio de editoras anglófonas, reforçando o que denomina como “paradigma baseado na publicação em inglês, em revistas maioritariamente inglesas ou americanas, indexadas em bases de dados como a *Web of Science* (Thomson Reuters) ou a *Scopus* (Elsevier), e que privilegiam claramente estudos de natureza empírica e quantitativa”.

João Teixeira Lopes, por sua vez, toma a prática pedagógica universitária como objeto, advogando a pertinência de os cientistas sociais, docentes e atores da prática, exercitarem um tipo de reflexividade permanente, sob a perspetiva de uma sociologia pluriescalar, cruzando múltiplas e complementares escalas de observação: singularidades sociais; sala de aula; instituições; políticas educativas; e espaço social. Convocando exemplos do quotidiano universitário e mobilizando uma abordagem etnográfica a “partir de dentro”, Teixeira Lopes chama a atenção para a necessidade de se compreender o contexto educacional, designadamente a sala de aula. Esta abordagem incide sobre as disposições culturais inscritas através do *habitus* e é particularmente relevante, dados os contextos sociais, voláteis e dinâmicos, em que se movem os sujeitos sociais, que se confrontam com problemas e dificuldades não consentâneos com as metodologias de intervenção tradicionais.

A segunda secção tem por título “Ciência e a Investigação Científica: questões de cultura, carreira e colaboração”. O conjunto de textos que reunimos nesta secção continua a linha de demonstração empírica sobre processos aparentemente menos considerados e valorizados no plano das políticas e retóricas oficiais. Debruçando-se sobre objetos e contextos distintos, os textos evidenciam um conjunto de variáveis para trabalhar em ciência, umas de carácter objetivo e outras de carácter subjetivo e implícito, que constituem as disposições, sendo estas de origem profundamente cultural e valorativa.

Heloisa Perista, Pedro Perista e Dominique Vinck assinam um texto sobre a situação na carreira profissional das pessoas doutoradas em Ciências Sociais e Humanas em Portugal. Os autores analisam quatro momentos centrais na trajetória dos doutorados: a situação antes do desenvolvimento da tese, durante a prossecução desta, no primeiro emprego depois da tese e a situação mais recente de pessoas doutoradas. Fazendo uso de inquérito por questionário e entrevistas dirigidas a doutorados nas áreas científicas de Ciências Sociais e Humanas, os autores dão conta da diversidade de expectativas antes de iniciar o doutoramento, assim como dos percursos destes doutorados ao longo do tempo. Os autores mostram também as dificuldades e os desafios que enfrentam os doutorados em Ciências Sociais e Humanas, em termos de acesso a locais de trabalho dentro e fora da academia e da investigação realizada nas instituições de ensino superior. Uma das principais conclusões que anotamos como extremamente contributiva para a reflexão sobre as políticas para a ciência e tecnologia em Portugal refere-se ao facto de se tratar de um grau académico que regista um nível elevado de insegurança e de instabilidade na carreira, observando-se diversas estratégias de procura de emprego que passam, inclusivamente, pelo abandono da investigação.

Marla Parker e Barry Bozeman debruçam-se sobre a realidade da discriminação sexual e racial nos campos da ciência e da academia nas áreas específicas das ciências, tecnologias, engenharias e matemáticas, conhecidas por CTEM. A partir de uma acurada análise aos estudos existentes, os autores problematizam a necessidade de se considerar o efeito coproduzido entre a variável sexo e a variável etnia que culmina em situações de desigualdade que bloqueiam o acesso e, em particular, a permanência nas carreiras de investigação e ciência, sendo fortemente decisivas em relação às minorias étnicas, às mulheres e, em consequência, às mulheres provenientes de certas minorias étnicas. A proposta reflexiva dos autores documenta as principais especificidades das áreas das CTEM que estão ainda carregadas de estereótipos e preconceitos sobre quem participa na ciência. Os autores alertam, neste sentido, para os processos implícitos e, de algum modo, invisíveis, de discriminação na ciência (CTEM) e para a necessidade de as políticas para a ciência e a tecnologia incorporarem reflexão e ação diretamente ligadas a estas desigualdades, que afastam das CTEM talentos e competências extremamente importantes para o progresso da própria ciência.

Sofia Bento, Marta Varanda, Audrey Richard-Ferroudji e Nicolas Faysse assinam o texto sobre a relação entre os *stakeholders* e os coordenadores de projetos aprovados no âmbito de um programa europeu mais vasto, Circle ERA NET, dedicado à coordenação de políticas no âmbito específico das mudanças climáticas. Sustentando as conclusões numa discussão teórica pontuada pela atenção conferida às problemáticas das mudanças

climáticas, mas também à definição de políticas para a investigação nesse campo, os autores desenvolvem uma análise sobre a importância da participação dos atores – cientistas e não cientistas – nas tomadas de decisão que dizem respeito às políticas científicas. Neste ponto, os autores debruçam-se sobre a participação de vários *stakeholders* na definição da política para as alterações climáticas. Nesse sentido, sugerem desafios importantes no domínio dos estudos de ciência e tecnologia, no que se refere à qualidade da participação dos vários *stakeholders*, incluindo os cientistas. O artigo constitui um contributo no que respeita à problematização da participação em políticas de ciência.

Carlos Fiolhais, um físico, com um alinhamento teórico familiar ao de alguns autores das Ciências Sociais e Humanas, por exemplo ao de autores do quadro epistemológico weberiano, desenvolve uma reflexão sobre a importância e a pertinência da ligação entre arte e ciência. Sustenta a sua posição em autores que, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, mostraram como a interseção do olhar da Arte (em particular, da Poesia) e do olhar da Ciência (positivista) resultou no aprofundamento do saber e do conhecimento sobre o mundo. Na interseção destes dois regimes do olhar, o artístico e o científico, constituir-se-ia uma “terceira” cultura, mais completa e ajustada à complexidade crescente do mundo. A nosso ver, trata-se de uma reflexão que traz para o contexto das Ciências Sociais e Humanas, a exigência de um melhor entendimento das formas de descoberta, inovação e implementação dos resultados das CTEM – ciências, tecnologias, engenharias e matemáticas.

Na secção “Varia”, encontram-se dois textos. O texto de Paulo Ferreira da Cunha aborda a educação como direito, não apenas constitucional, legal, mas natural, decorrente da natureza das coisas e da necessidade vital de aperfeiçoamento da Pessoa. O autor chama a atenção para a necessidade de um ambiente propício, bem como de mediadores, para que tal direito se possa efetivar, salientando no seu artigo diversos aspetos da contextualização dessa “circunstância”. É nesse sentido que o autor reflete sobre o direito à educação e os seus protagonistas, bem como sobre as dificuldades que persistem em contexto democrático à sua efetivação.

O ensaio de Isa Trigo propõe uma reconstituição do percurso dos programas de formação de professores da educação básica, oferecidos pela Universidade do Estado da Bahia, desde os anos de 1990 por meio de três grandes programas: o programa Intensivo de Graduação (Rede UNEB 2000), o programa de formação de professores do Estado (PROESP) e, desde 2010, o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, também chamado Plataforma Paulo Freire (PARFOR), este último tratado com maior detalhe. Analisando as dificuldades e insuficiências que caracterizaram a universidade da Bahia, ao ser confrontada com múltiplas exigências relacionadas com a interioridade e a dificuldade de beneficiar de políticas federais expansivas, a autora desconstrói alguns dos processos pelos quais aquela instituição desenvolveu mecanismos de superação dessas desvantagens, desenvolvendo cursos de qualificação de professores, através de metodologias participativas, ao abrigo da Plataforma Paulo Freire.

Finalmente, reunimos na secção “Leituras”, um conjunto de resenhas que versam, de forma mais ou menos explícita, algumas das dimensões inerentes à política científica, tal como a definimos na introdução e esta nota.

Rita Ribeiro faz uma leitura crítica do livro de Kracauer intitulado “Os empregados”, publicado pela primeira vez em 1930. A leitura apresentada pela autora permite perceber que as reflexões realizadas por Kracauer à época são de grande pertinência para compreender várias das mudanças que ocorrem hoje nos mais diversos mundos sociais.

Fábio Ribeiro debruça-se sobre um livro de Kriehbaum (1970), obra na qual o autor apresenta um ponto de vista sobre a relação entre os média e a ciência. No entender de Fábio Ribeiro, este livro continua a ser uma obra de referência para o entendimento e compreensão do interesse em conceber os média como atores relevantes na promoção da cultura científica.

Madalena Oliveira reflete sobre o livro organizado por Rodrigues e Heitor (2015), acerca da evolução e do estado da ciência em Portugal. Neste livro são tratadas questões de grande relevância, como as carreiras em ciência, os financiamentos à investigação e as metodologias de avaliação dos resultados científicos.

Incluimos, ainda, uma breve discussão do texto de Sodr e apresentada por Francisco Calado Abrunhosa. A análise versa particularmente sobre o que o autor designa como “novo sistema de inteligibilidade”. Na senda de uma reflexão crítica acerca do poder crescente da tecnologia na sociedade, são tecidas algumas considerações relevantes acerca da emergência desse “novo sistema de inteligibilidade”.

A *Revista Lusófona de Estudos Culturais* inclui neste número uma secção dedicada a recomendações de política científica, publicitando uma carta dirigida por Moisés de Lemos Martins, diretor do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), ao atual ministro para a ciência e tecnologia. Nesta carta, são formuladas as medidas consideradas adequadas ao exercício concreto de uma política para a ciência em Portugal. E, do mesmo passo, são assinaladas as graves entorses dos discursos e das práticas institucionais da política científica em Portugal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Araújo, E. (2009). With a rope around their necks: grant researchers living in a suspended time. *New Technology, Work and Employment*, 3(11), 30-242.
- Araújo, E.; Fontes, M. & Bento, Sofia (Eds.) (2013a). *Para um debate sobre a fuga de cérebros*. Braga: CECS.
- Araújo, E. (2013b, 6 de março). *Para um sentido completo de universidade*. [Post Blogue]. Retirado de <http://universidadecidada.blogspot.pt/2013/03/depoimentos-4-para-um-sentido-completo.html>.
- Araújo, E. & Silva, S. (2014). Medir o impacto das Ciências Sociais- Pontos de referência teóricos. *Holos*, 30(4), 334-343.
- Bourdieu, P. (2011). *Homo academicus*. Florianópolis: UFSC.
- Becher, T. & Trowler, P. (2001). *Academic tribes and territories: Intellectual enquiry and the cultures of discipline*. London: Open University Press.
- Bozeman, B. & Sarewitz, S. (2005). Public values and public failure in US science policy. *Science and Public Policy*, 32(2), 119-136.

- Bozeman, B. & Sarewitz, S. (2011). Public value mapping and science evaluation. *Minerva*, 49, 1-23.
- De Rerum Natura. Retirado de <http://dererummundi.blogspot.pt/>.
- Featherman, D. & Vinovkis, M. (Eds.) (2001). *Social science and policy-making: A search for relevance in the twentieth century*. Michigan: University of Michigan.
- Jasanoff, S. (1996). Is science socially constructed - And can it still inform public policy? *Science and Engineering Ethics*, 2(3), 263-276.
- Kracauer, S. (2015). *Os empregados*. Lisboa: Antígona.
- Kriehbaum, H. (1970). *A ciência e os meios de comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Edições Correio da Manhã.
- Macleod, C. J. A.; Blackstock, K. L. & Haygarth, P. M. (2008). Mechanisms to improve integrative research at the science-policy interface for sustainable catchment management. *Ecology and Society*, 13(2). Retirado de [http://www.ecologyandsociety.org/vol13/iss2/art48/-](http://www.ecologyandsociety.org/vol13/iss2/art48/)
- Martins, M. L. & Oliveira, M. (2012). Pós-graduação em comunicação em Portugal: da variedade da oferta educativa à carência de um sistema de avaliação. In M. Kunsch & J. M. Melo (Eds.), *Comunicação Ibero-Americana: sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação – Livro de atas do I Congresso Mundial de Comunicação Ibero-americana* (pp. 279-303). São Paulo: Confibercom & ECA da Universidade de São Paulo.
- Martins, M. L. & Oliveira, M. (2013). Doctorado e investigación sobre comunicación en Portugal: panorama, retos y oportunidades. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, 10, 238-265.
- Martins, M. L. (2012a). Revistas científicas de ciências da comunicação em Portugal: da divulgação do conhecimento à afirmação do Português como língua de pensamento. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 1, 233-251.
- Martins, M. L. (2012b). A política científica e tecnológica em Portugal e as ciências da comunicação - prioridades e indecisões. In M. Kunsch & J. M. Melo (Eds.), *Comunicação Ibero-Americana: sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação - Livro de atas do I Congresso Mundial de Comunicação Ibero-americana* (pp. 331-345). São Paulo: Confibercom & ECA da Universidade de São Paulo.
- Martins, M. L. (2013). Moisés de Lemos Martins (Entrevista). In Z. Pinto-Coelho & A. Carvalho (Eds.), *Academics Responding to Discourses of Crisis in Higher Education and Research* (pp.61-72). Braga: Universidade do Minho, CECS.
- Martins, M. L. (2015). A liberdade académica e os seus inimigos. *Comunicação e Sociedade*, 27, 405-420.
- Neal, H.; Smith, T. & McCormick, J. (2008). *Beyond sputnik U.S. science policy in the twenty-first century*. Retirado de <http://www.press.umich.edu/335760#sthash.jKG3jmrY.dpuf>.
- Rodrigues, M. L. & Heitor, M. (Eds.) (2015). *40 Anos de políticas de ciência e ensino superior*. Coimbra: Almedina.
- Sodré, M. (2013). Um novo sistema de inteligibilidade. *Revista de Epistemologias da Comunicação*, 1(1), 66-73.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Moisés de Lemos Martins é diretor do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS, Universidade do Minho). Foi presidente da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação entre 2005 e 2015.

E-mail: moiseslmartins@gmail.com

Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Gualtar – 4710-057-Braga, Portugal.

Maria Manuel Baptista é docente da área de Estudos Culturais no Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro e membro do Centro de Investigação de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro. Tem desenvolvido estudos nas áreas dos Estudos Culturais, Filosofia e Cultura em Portugal e nos PALOP's, Educação, Psicologia Social e Cultural, História e Sociologia da Cultura.

E-mail:mbaptista@ua.pt

Universidade de Aveiro, Departamento de Línguas e Culturas, 3810-193, Aveiro, Portugal.

Emília Araújo é docente no departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e investigadora no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. É membro associado de várias associações científicas e tem desenvolvido investigação sobre cultura, tempo e ciência.

E-mail: emiliararaujo@gmail.com

Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Gualtar – 4710-057-Braga, Portugal.

Larissa Latif é doutorada em Artes Cénicas pela Universidade Federal da Bahia (2005), mestre em Planeamento do Desenvolvimento, pela Universidade Federal do Pará (1998) e graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal do Pará (1994). Os seus interesses concentram-se nas áreas dos Estudos Culturais, Comunicação Social, Artes do Espetáculo, Festas e Rituais na contemporaneidade e também nas interfaces dessas áreas com o Turismo Cultural.

Email: larissalatif@gmail.com

Universidade de Aveiro, Departamento de Línguas e Culturas, 3810-193, Aveiro, Portugal.